TESOURONACIONAL

Boletim

Estatísticas Fiscais do Governo Geral

1º Trimestre de 2025

2025

10 de julho de 2025

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
MINISTÉRIO DA FAZENDA

Ministério da Fazenda
Fernando Haddad

Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda
Dario Carnevalli Durigan

Secretaria do Tesouro Nacional
Rogério Ceron de Oliveira

Secretaria Adjunta do Tesouro Nacional
Viviane Aparecida da Silva Varga

Subsecretaria de Planejamento Estratégico da Política Fiscal
David Rebelo Athayde

Coordenação Geral de Estudos Econômico-Fiscais
Pedro Ivo Ferreira de Souza Junior

Coordenação de Suporte aos Estudos Econômico-Fiscais
Alex Pereira Benício

Coordenação de Suporte às Estatísticas Fiscais
Rafael Perez Marcos

Equipe Técnica
Ana Cristina Secchi Correia
Gabriel Gdalevici Junqueira
Guilherme Ceccato
Kalina Ramos Porto
Karla de Lima Rocha
Marcos Henrique Benício Araújo
Vitor Henrique Barbosa Fabel

Assessoria de Comunicação Social do Tesouro Nacional
Arte
Hugo Pullen

Informações
E-mail: ascom@tesouro.gov.br
Disponível em: www.tesourotransparente.gov.br

**Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.*

Sumário

1. Resultado do 1º Trimestre de 2025 5

1.1. Receita do Governo Geral 9

1.2. Despesa do Governo Geral 11

2. Notas Metodológicas 15

Lista de Gráficos e Tabelas

Tabela 1. Demonstrativo de operações do Governo Geral - 1° Trimestre de 2025 6
Tabela 2. Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - 1° Trimestre de 2024 e 2025 7
Tabela 3. Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - 1° Trimestre de 2025 7
Tabela 4. Demonstrativo da receita do Governo Geral - Brasil - 1° Trimestre de 2025 9
Tabela 5. Demonstrativo da receita do Governo Geral - Brasil - 1° Trimestre de 2024 e 2025 9
Tabela 6. Demonstrativo da despesa do Governo Geral - Brasil - 1° Trimestre de 2025 11
Tabela 7. Demonstrativo da despesa do Governo Geral - Brasil - 1° Trimestre de 2024 e 2025 12

Gráfico 1. Capacidade (+) / Necessidade (-) de financiamento líquida por esfera de governo - Brasil - 2024 e 2025 8
Gráfico 2. Receita e despesa do Governo Geral - Brasil - 2024 e 2025 8
Gráfico 3. Evolução da receita por esfera de governo - Brasil - 2024 e 2025 10
Gráfico 4. Composição da receita do Governo Geral - Brasil - 2024 e 2025 10
Gráfico 5. Evolução das despesas por esfera de governo - Brasil - 2024 e 2025 12
Gráfico 6. Evolução dos componentes da despesa: gasto e investimento do Governo Geral - Brasil - 2024 e 2025 13
Gráfico 7. Composição do gasto do Governo Geral - Brasil - 2024 e 2025 13
Gráfico 8. Evolução do investimento líquido por esfera de governo - Brasil - 2024 e 2025 14
Gráfico 9. Composição do investimento bruto em ativos fixos (FBCF[1]) do Governo Geral - Brasil - 1º trimestre de 2025 14

1. Resultado do 1º Trimestre de 2025

O Boletim de Estatísticas Fiscais do Governo Geral[1] apresenta estatísticas das três esferas de governo (governo central, governos estaduais e municipais) consolidadas no setor governo geral, segundo a metodologia do Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2014 do Fundo Monetário Internacional - FMI (em inglês, *Government Finance Statistics Manual – GFSM 2014*), e faz parte do esforço do Tesouro Nacional de convergência às melhores práticas internacionais[2]. As despesas são apuradas pelo regime de competência[3], o que significa que o registro ocorre quando o governo assume a obrigação, independentemente do pagamento efetivo, ou seja, mesmo que o pagamento seja realizado em uma data futura, a despesa é contabilizada no período em que o compromisso é firmado. Por outro lado, as receitas são apuradas pelo regime de caixa, sendo registradas somente quando o valor é efetivamente recebido. Nas estatísticas de finanças públicas, há uma necessidade líquida de financiamento quando a diferença entre a receita e a despesa é negativa. No caso de um resultado positivo, existe uma capacidade líquida de financiamento.

No 1º trimestre de 2025, a necessidade líquida de financiamento do governo geral alcançou 1,66% do PIB, ante 1,80% do PIB no mesmo período do ano anterior. Essa variação se deve ao crescimento nominal de 10,24% da receita do governo geral em relação ao mesmo período de 2024, parcialmente compensado pelo crescimento nominal de 9,86% da despesa no mesmo período.

A decomposição por esfera de governo da necessidade de financiamento de 1,66% do PIB do governo geral indica que esse valor deriva da necessidade de financiamento de 4,76% do PIB do governo central no 1º trimestre de 2025, ao passo que o resultado de governos estaduais e municipais foi uma capacidade de financiamento de 0,88% do PIB e 2,22% do PIB, respectivamente.

Em termos de porcentagem do PIB, a receita aumentou 0,21 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, passando de 41,69% para 41,90% do PIB no 1º trimestre de 2025. Essa elevação é explicada pela arrecadação de outras receitas, que cresceu 0,47 p.p. do PIB devido, principalmente, ao aumento de 0,22 p.p. do PIB em receita de juros ocasionada pelo aumento da taxa básica de juros – SELIC no período.

[1] Os resultados das Estatísticas Fiscais Trimestrais apresentados neste Boletim não substituem outras estatísticas relacionadas às finanças públicas, como as estatísticas fiscais do Resultado do Tesouro Nacional e do Banco Central do Brasil, que observam aspectos metodológicos específicos.

[2] https://www.imf.org/external/np/sta/gfsm/

[3] A apuração da despesa pelo regime de competência corresponde ao conceito de despesa liquidada, incluída a liquidação de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Já a despesa total do governo geral totalizou 43,56% do PIB no 1º trimestre de 2025, mantendo praticamente o nível em relação ao mesmo período do ano anterior, quando alcançou 43,49% do PIB. Os gastos passaram de 43,56% do PIB no 1º trimestre de 2024 para 43,75% do PIB no mesmo trimestre de 2025, enquanto o investimento líquido passou de -0,07% do PIB no 1º trimestre de 2024 para -0,18% do PIB no mesmo período de 2025.

No que se refere aos gastos, destaque para os juros, que apresentaram uma elevação de 1,29 p.p. do PIB, quando se compara o 1º trimestre de 2024 com o 1º trimestre de 2025, influenciada pela elevação da taxa básica de juros - SELIC. Por outro lado, os gastos com benefícios previdenciários e assistenciais apresentaram uma queda de 0,87 p.p. do PIB no mesmo período, explicada, em parte, pelo efeito denominador decorrente da expansão do PIB, que reduziu a participação relativa desses dispêndios na economia, uma vez que, em termos nominais, tais gastos registraram crescimento de 3,74% no período.

Por fim, o resultado do investimento líquido no 1º trimestre de 2025 é decomposto em um valor negativo para o governo central (-0,22% do PIB) e governos estaduais (-0,05% do PIB) e positivo para os governos municipais (0,08% do PIB).

Tabela 1. Demonstrativo de operações do Governo Geral - 1º Trimestre de 2025
Dados em: R$ Milhões - Valores correntes
Fonte: STN, IBGE e BCB

Demonstrativo de operações – Governo Geral	Governo Central				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral[1]
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
1. Receita	**841.494**	**0**	**0**	**841.494**	**410.497**	**347.301**	**-334.062**	**1.265.230**
d/q 1411. Juros	*85.740*	*0*	*0*	*85.740*	*6.678*	*10.959*	*-20.718*	*82.659*
2M. Despesa (2+31)	**985.145**	**0**	**0**	**985.145**	**384.016**	**280.377**	**-334.062**	**1.315.476**
2. Gasto	**991.852**	**0**	**0**	**991.852**	**385.388**	**277.832**	**-334.062**	**1.321.010**
d/q 23. Consumo de capital fixo	11.780	0	0	11.780	15.605	15.898	0	43.283
d/q 24. Juros	288.506	0	0	288.506	26.995	2.923	-20.718	297.707
31. Investimento líquido	**-6.706**	**0**	**0**	**-6.706**	**-1.372**	**2.545**	**0**	**-5.533**
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (1-2M)	**-143.652**	**0**	**0**	**-143.652**	**26.481**	**66.925**	**0**	**-50.246**
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento primária ((1-1411) - (2M-24))	**59.115**	**0**	**0**	**59.115**	**46.798**	**58.889**	**0**	**164.802**
Itens de memorando:								
1. Investimento bruto em ativos fixos (FBCF)	*5.426*	*0*	*0*	*5.426*	*14.204*	*18.255*	*0*	*37.884*
2. Resultado operacional bruto - ROB (1-2+23)	*-138.578*	*0*	*0*	*-138.578*	*40.714*	*85.368*	*0*	*-12.496*
3. Resultado operacional líquido - ROL (1-2)	*-150.358*	*0*	*0*	*-150.358*	*25.109*	*69.470*	*0*	*-55.779*

(1) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

Tabela 2. Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - 1º Trimestre de 2024 e 2025
Dados em: R$ Milhões - Valores correntes
Fonte: STN, IBGE e BCB

Demonstrativo de operações - Governo Geral	2024.I	2025.I	Diferença	Var. %
1. Receita	**1.147.716**	**1.265.230**	**117.515**	**10,24%**
d/q 1411. Juros	*69.203*	*82.659*	*13.456*	*19,44%*
2M. Despesa (2+31)	**1.197.395**	**1.315.476**	**118.081**	**9,86%**
2. Gasto	**1.199.233**	**1.321.010**	**121.777**	**10,15%**
d/q 23. Consumo de capital fixo	43.571	43.283	-288	-0,66%
d/q 24. Juros	235.926	297.707	61.781	26,19%
31. Investimento líquido	**-1.838**	**-5.533**	**-3.696**	**201,13%**
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (1-2M)	**-49.679**	**-50.246**	**-566**	**1,14%**
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento primária ((1-1411) -(2M-24))	**117.044**	**164.802**	**47.759**	**40,80%**

Tabela 3. Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - 1º Trimestre de 2025
Dados em: % do PIB
Fonte: STN, IBGE e BCB

Demonstrativo de operações – Governo Geral	Governo Central				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral[1]
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
1. Receita	**27,9%**	**0,0%**	**0,0%**	**27,9%**	**13,6%**	**11,5%**	**-11,1%**	**41,9%**
d/q 1411. Juros	*2,8%*	*0,0%*	*0,0%*	*2,8%*	*0,2%*	*0,4%*	*-0,7%*	*2,7%*
2M. Despesa (2+31)	**32,6%**	**0,0%**	**0,0%**	**32,6%**	**12,7%**	**9,3%**	**-11,1%**	**43,6%**
2. Gasto	**32,8%**	**0,0%**	**0,0%**	**32,8%**	**12,8%**	**9,2%**	**-11,1%**	**43,7%**
d/q 23. Consumo de capital fixo	0,4%	0,0%	0,0%	0,4%	0,5%	0,5%	0,0%	1,4%
d/q 24. Juros	9,6%	0,0%	0,0%	9,6%	0,9%	0,1%	-0,7%	9,9%
31. Investimento líquido	**-0,2%**	**0,0%**	**0,0%**	**-0,2%**	**0,0%**	**0,1%**	**0,0%**	**-0,2%**
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (1- 2M)	**-4,8%**	**0,0%**	**0,0%**	**-4,8%**	**0,9%**	**2,2%**	**0,0%**	**-1,66%**
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento primária ((1-1411) - (2M-24))	**2,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**2,0%**	**1,5%**	**2,0%**	**0,0%**	**5,5%**
Itens de memorando:								
1. Investimento bruto em ativos fixos (FBCF)	*0,2%*	*0,0%*	*0,0%*	*0,2%*	*0,5%*	*0,6%*	*0,0%*	*1,3%*
2. Resultado operacional bruto - ROB (1-2+23)	*-4,6%*	*0,0%*	*0,0%*	*-4,6%*	*1,3%*	*2,8%*	*0,0%*	*-0,4%*
3. Resultado operacional líquido - ROL (1-2)	*-5,0%*	*0,0%*	*0,0%*	*-5,0%*	*0,8%*	*2,3%*	*0,0%*	*-1,8%*

(1) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais

Gráfico 1. Capacidade (+) / Necessidade (-) de financiamento líquida por esfera de governo - Brasil - 2024 e 2025
Dados em: % PIB
Fonte: STN, IBGE e BCB

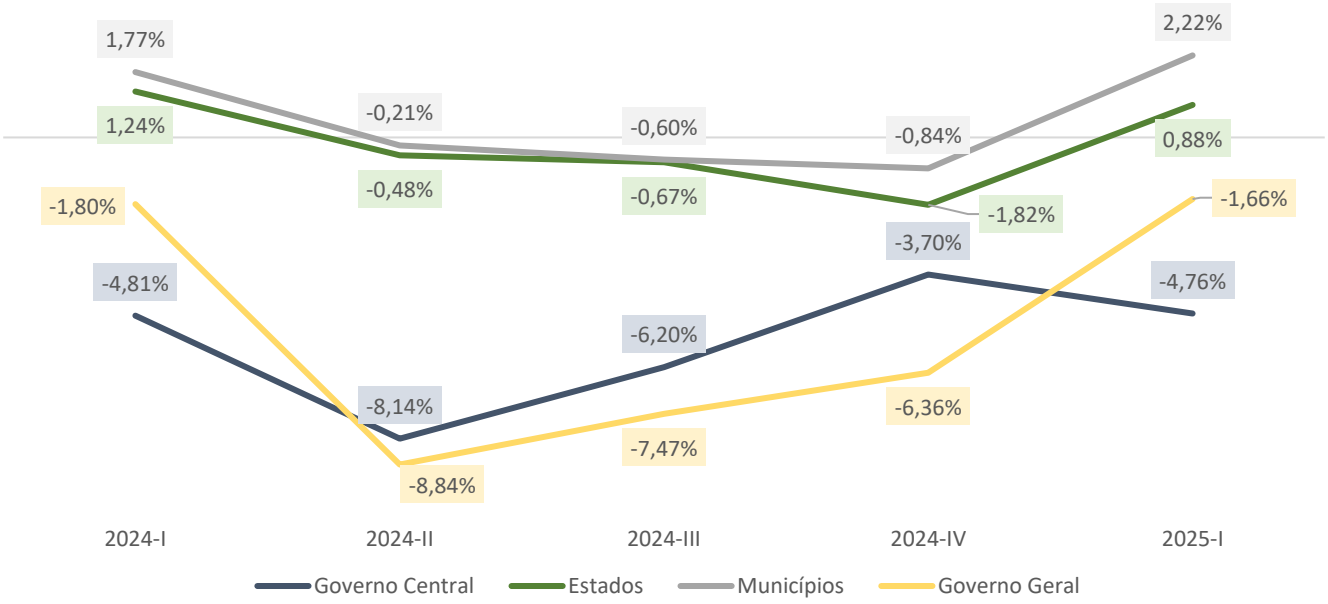
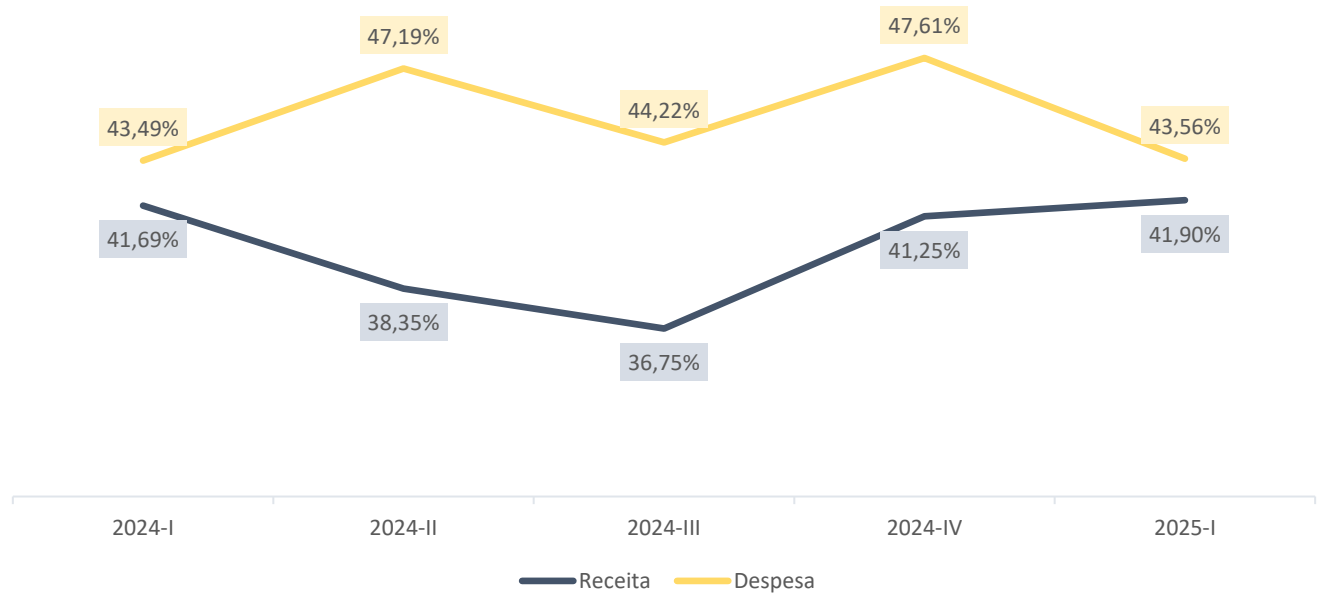


Gráfico 2. Receita e despesa do Governo Geral - Brasil - 2024 e 2025
Dados em: % PIB
Fonte: STN, IBGE e BCB



1.1. Receita do Governo Geral

Tabela 4. Demonstrativo da receita do Governo Geral - Brasil - 1º Trimestre de 2025
Dados em: R$ Milhões - Valores correntes
Fonte: STN, IBGE e BCB

Receita do Governo Geral	Governo Central				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral[1]
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
1. Receita	**841.494**	**0**	**0**	**841.494**	**410.497**	**347.301**	**-334.062**	**1.265.230**
11. Impostos	**508.866**	**0**	**0**	**508.866**	**264.419**	**78.496**	**0**	**851.781**
111. Impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital	315.671	0	0	315.671	0	0	0	315.671
112. Impostos sobre a folha de pagamento e a mão de obra	9.121	0	0	9.121	0	0	0	9.121
113. Impostos sobre a propriedade	344	0	0	344	49.833	36.733	0	86.910
114. Impostos sobre bens e serviços	161.075	0	0	161.075	214.586	41.763	0	417.423
115. Impostos sobre o comércio e transações internacionais	22.656	0	0	22.656	0	0	0	22.656
116. Outros impostos	0	0	0	0	0	0	0	0
12. Contribuições sociais	**176.843**	**0**	**0**	**176.843**	**27.667**	**16.001**	**0**	**220.511**
13. Transferências / Doações	**55**	**0**	**0**	**55**	**87.491**	**225.806**	**-313.344**	**9**
14. Outras receitas	**155.729**	**0**	**0**	**155.729**	**30.920**	**26.998**	**-20.718**	**192.930**
1411. Juros	*85.740*	*0*	*0*	*85.740*	*6.678*	*10.959*	*-20.718*	*82.659*
14x. Demais	*69.989*	*0*	*0*	*69.989*	*24.243*	*16.040*	*0*	*110.271*

(1) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais

Tabela 5. Demonstrativo da receita do Governo Geral - Brasil - 1º Trimestre de 2024 e 2025
Dados em: R$ Milhões - Valores correntes
Fonte: STN, IBGE e BCB

Receita do Governo Geral	2024.I	2025.I	Diferença	Var. %
1. Receita	**1.147.716**	**1.265.230**	**117.515**	**10,24%**
11. Impostos	780.189	851.781	71.592	9,18%
12. Contribuições sociais	204.662	220.511	15.849	7,74%
13. Transferências / Doações	9	9	0	0,05%
14. Outras receitas	162.856	192.930	30.074	18,47%

Gráfico 3. Evolução da receita por esfera de governo - Brasil - 2024 e 2025
Dados em: % PIB
Fonte: STN, IBGE e BCB

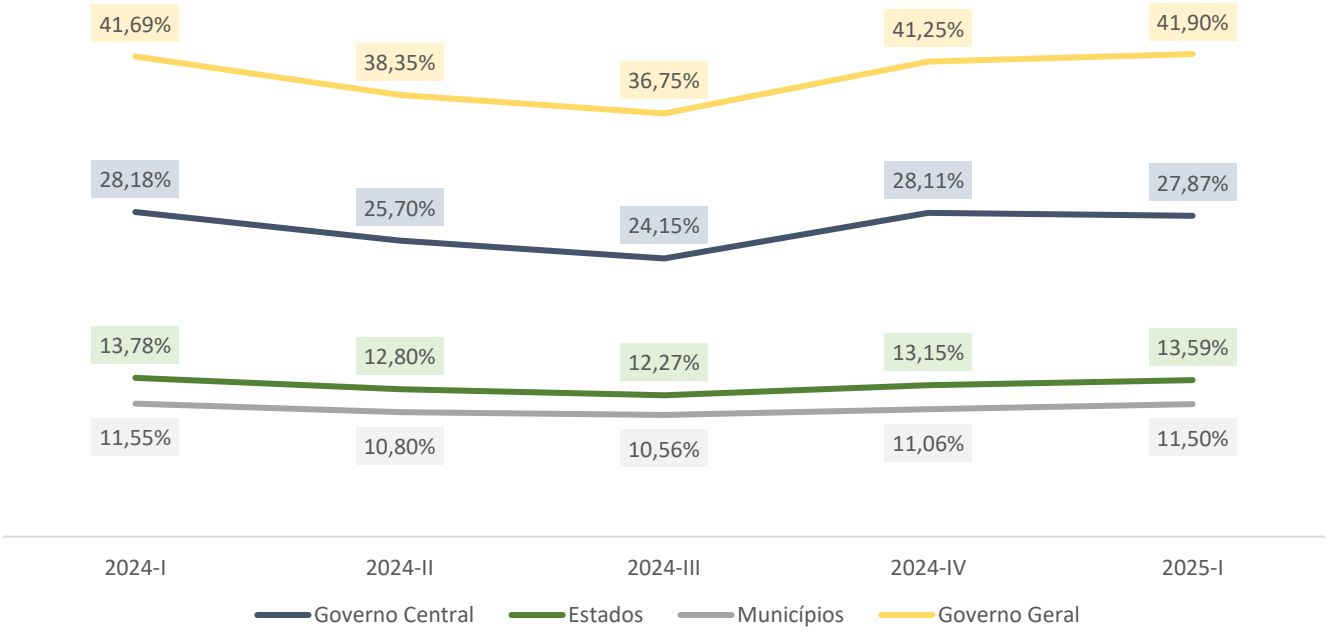
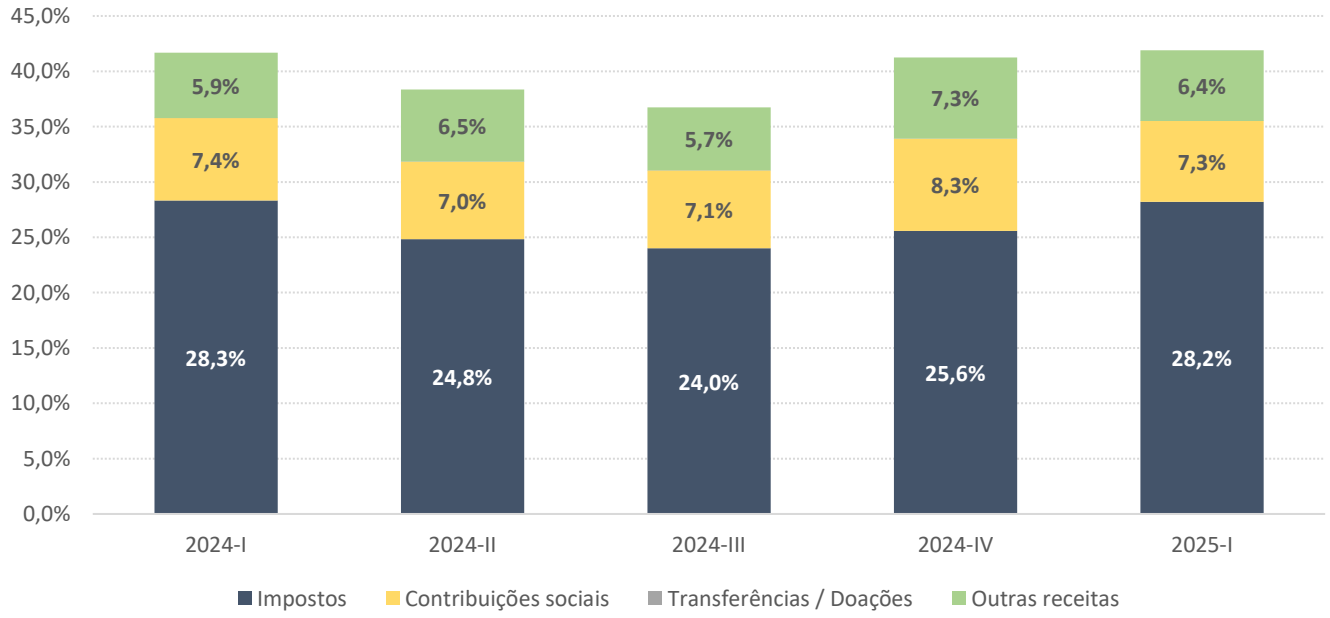


Gráfico 4. Composição da receita do Governo Geral - Brasil - 2024 e 2025
Dados em: % PIB
Fonte: STN, IBGE e BCB



1.2. Despesa do Governo Geral

Tabela 6. Demonstrativo da despesa do Governo Geral - Brasil - 1º Trimestre de 2025
Dados em: R$ Milhões - Valores correntes
Fonte: STN, IBGE e BCB

Despesa do Governo Geral	Governo Central				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral[1]
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
2M. Despesa (2+31)	**985.145**	**0**	**0**	**985.145**	**384.016**	**280.377**	**-334.062**	**1.315.476**
2. Gasto	**991.852**	**0**	**0**	**991.852**	**385.388**	**277.832**	**-334.062**	**1.321.010**
21. Remuneração de empregados	59.565	0	0	59.565	121.664	125.659	0	306.888
22. Uso de bens e serviços	17.507	0	0	17.507	44.288	75.095	0	136.891
23. Consumo de capital fixo	11.780	0	0	11.780	15.605	15.898	0	43.283
24. Juros	288.506	0	0	288.506	26.995	2.923	-20.718	297.707
25. Subsídios	6.261	0	0	6.261	729	2.968	0	9.958
26. Transferências / Doações	230.697	0	0	230.697	81.774	1.376	-313.344	503
27. Benefícios previdenciários e assistenciais	365.073	0	0	365.073	68.861	23.865	0	457.799
28. Outros gastos	12.462	0	0	12.462	25.472	30.046	0	67.980
31. Investimento líquido[2]	**-6.706**	**0**	**0**	**-6.706**	**-1.372**	**2.545**	**0**	**-5.533**
311 Ativos fixos	-6.354	0	0	-6.354	-1.401	2.356	0	-5.399
312 Estoques	37	0	0	37	29	189	0	255
313 Objetos de valor	3	0	0	3	0	0	0	3
314 Ativos não produzidos	-392	0	0	-392	0	0	0	-392
Itens de memorando								
31.1. Aquisição de ativos não financeiros	5.558	0	0	5.558	14.406	18.670	0	38.634
31.2. Venda de ativos não financeiros	485	0	0	485	173	226	0	884
31.3. Consumo de capital fixo	11.780	0	0	11.780	15.605	15.898	0	43.283

(1) O resultado consolidado do Governo Geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.
(2) Investimento líquido em ativos não financeiros corresponde à aquisição menos a venda de ativos não financeiros menos o consumo de capital fixo.

Tabela 7. Demonstrativo da despesa do Governo Geral - Brasil - 1º Trimestre de 2024 e 2025
Dados em: R$ Milhões - Valores correntes
Fonte: STN, IBGE e BCB

Despesa do Governo Geral	2024.I	2025.I	Diferença	Var. %
2M. Despesa (2+31)	**1.197.395**	**1.315.476**	**118.081**	**9,86%**
2. Gasto	**1.199.233**	**1.321.010**	**121.777**	**10,15%**
21. Remuneração de empregados	280.637	306.888	26.251	9,35%
22. Uso de bens e serviços	128.785	136.891	8.106	6,29%
23. Consumo de capital fixo	43.571	43.283	-288	-0,66%
24. Juros	235.926	297.707	61.781	26,19%
25. Subsídios	7.452	9.958	2.506	33,63%
26. Transferências / Doações	761	503	-258	-33,88%
27. Benefícios previdenciários e assistenciais	441.295	457.799	16.504	3,74%
28. Outros gastos	60.805	67.980	7.175	11,80%
31. Investimento líquido	**-1.838**	**-5.533**	**-3.696**	**201,13%**
311 Ativos fixos	-2.165	-5.399	-3.234	149,34%
312 Estoques	503	255	-248	-49,30%
313 Objetos de valor	6	3	-3	-56,79%
314 Ativos não produzidos	-181	-392	-211	116,09%

Gráfico 5. Evolução das despesas por esfera de governo - Brasil - 2024 e 2025
Dados em: % PIB
Fonte: STN, IBGE e BCB

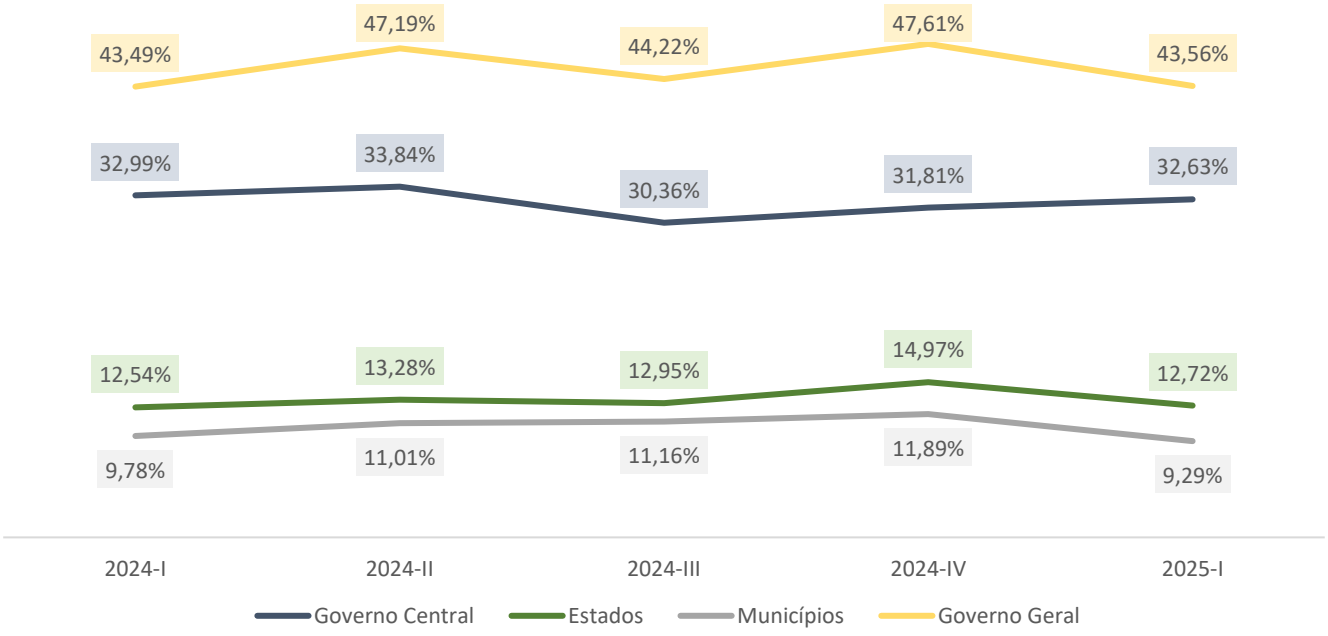


Gráfico 6. Evolução dos componentes da despesa: gasto e investimento do Governo Geral - Brasil - 2024 e 2025
Dados em: % PIB
Fonte: STN, IBGE e BCB

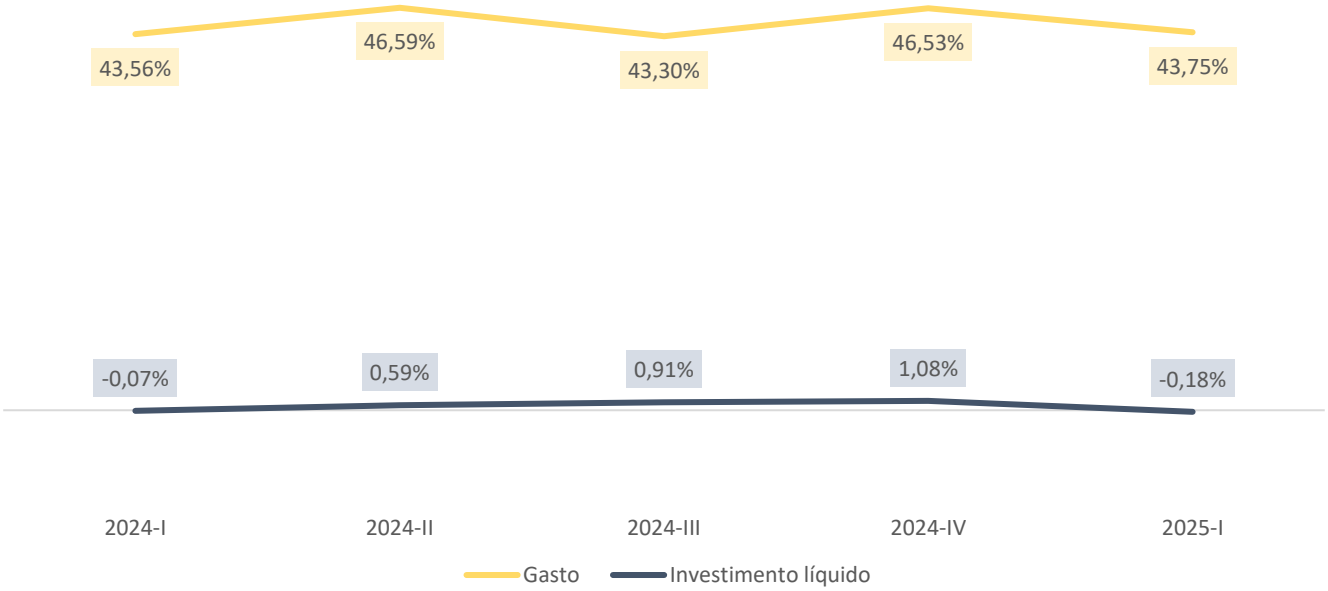


Gráfico 7. Composição do gasto do Governo Geral - Brasil - 2024 e 2025
Dados em: % PIB
Fonte: STN, IBGE e BCB

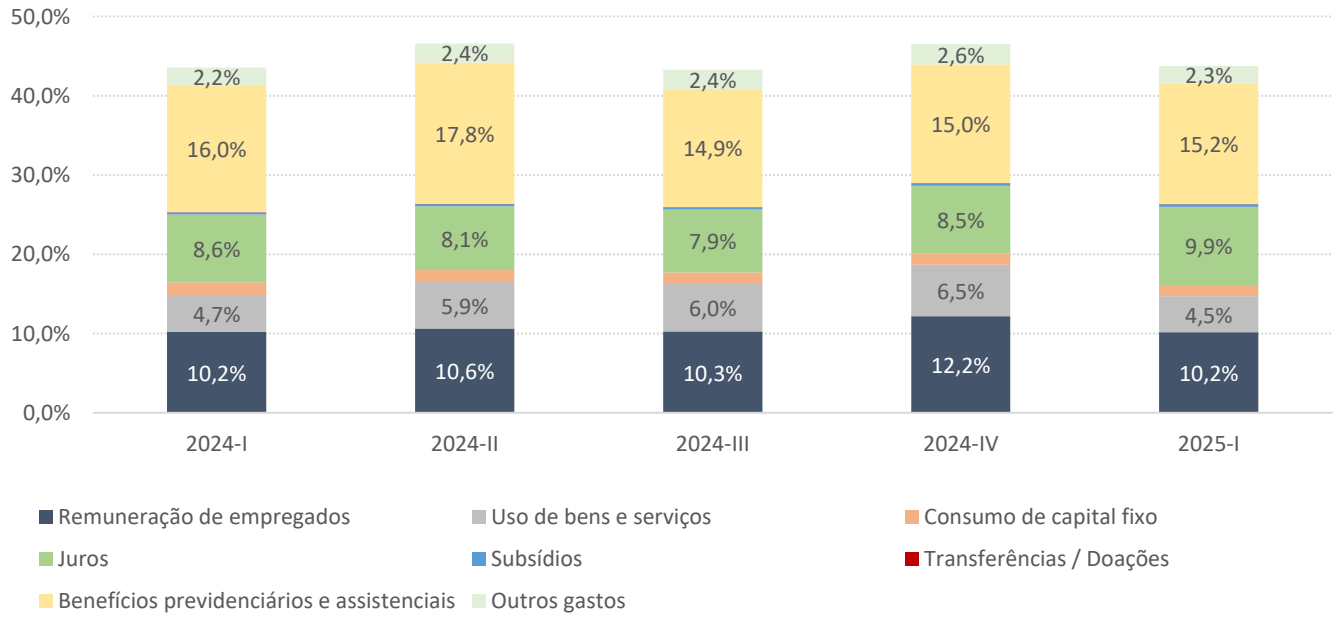


Gráfico 8. Evolução do investimento líquido por esfera de governo - Brasil - 2024 e 2025
Dados em: % PIB
Fonte: STN, IBGE e BCB

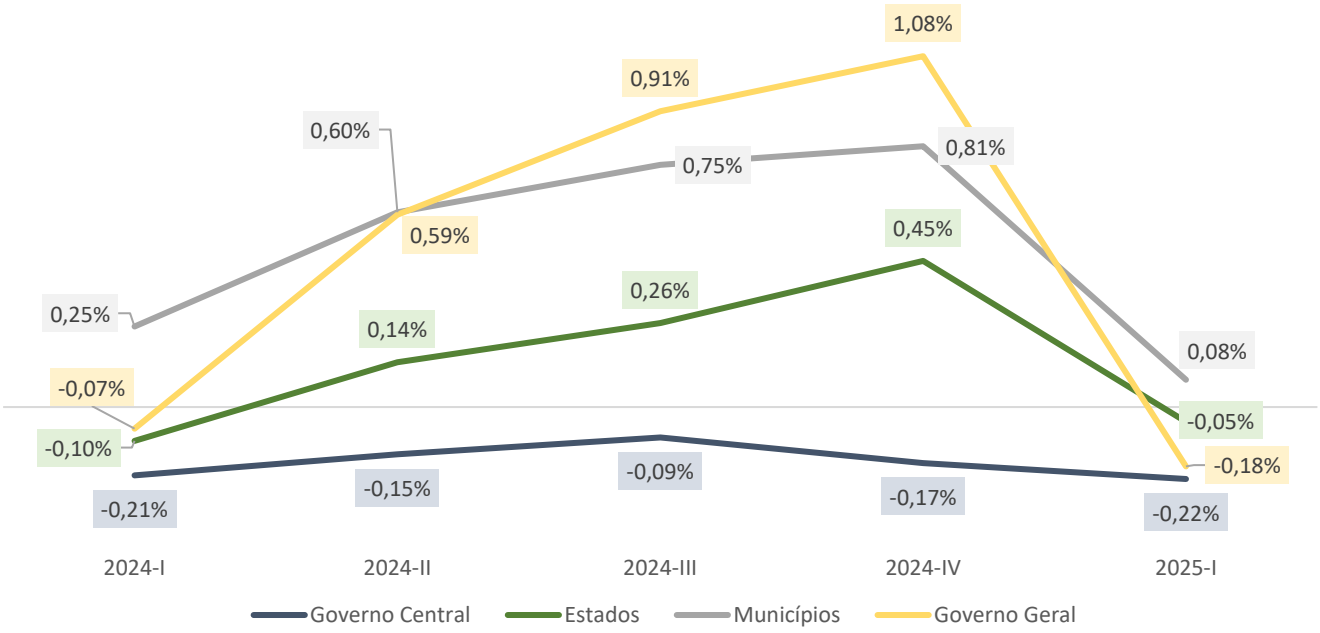
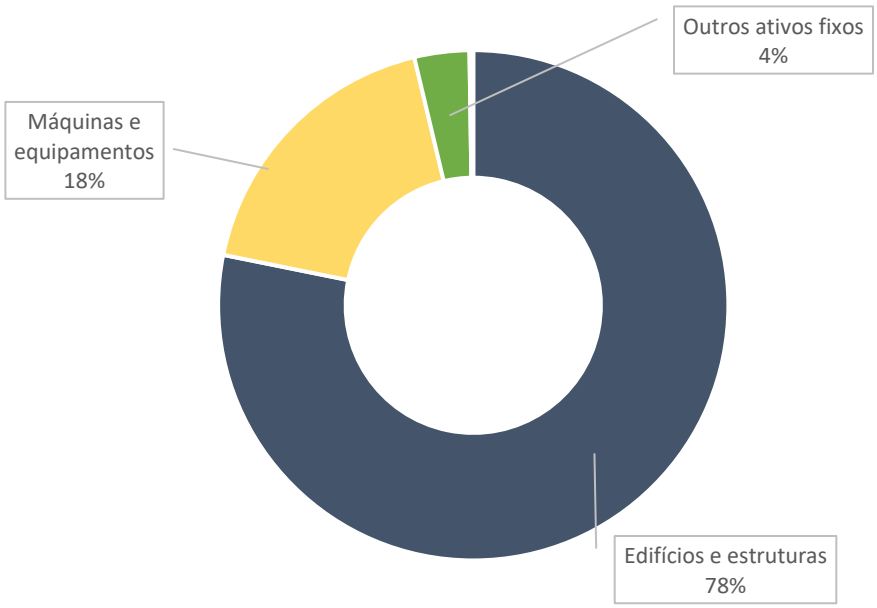


Gráfico 9. Composição do investimento bruto em ativos fixos (FBCF[1]) do Governo Geral - Brasil - 1º trimestre de 2025
Dados em: % Total
Fonte: STN, IBGE e BCB



(1) FBCF: Formação Bruta de Capital Fixo.

2. Notas Metodológicas

Apresentação

Este boletim apresenta as estatísticas de finanças públicas do governo geral (governo central, governos estaduais e municipais) com periodicidade trimestral. As informações aqui apresentadas são compiladas e apresentadas de acordo com a metodologia do Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2014 do Fundo Monetário Internacional-FMI – MEFP 2014 (em inglês, *Government Finance Statistics Manual – GFSM 2014*). Todas as estatísticas são apresentadas na estrutura do Demonstrativo de Operações, que é um resumo das transações do governo apresentando detalhes das receitas, gastos e investimento líquido em ativos não financeiros.

As Estatísticas de Finanças Públicas - EFPs são um conjunto de conceitos e princípios desenvolvidos pelo FMI com o objetivo de proporcionar um arcabouço conceitual que facilite a análise da política fiscal e possibilite quantificar as ações do governo. As EFP são uma representação econômica da atividade financeira do governo.

As informações são compiladas no âmbito dos Acordos de Cooperação Técnica firmados entre STN e IBGE e STN e IPEA, com o objetivo central de aperfeiçoar as estatísticas fiscais no Brasil no sentido da convergência com os conceitos e metodologias estabelecidas pelo GFSM 2014 do FMI. Neste caso, o objetivo principal é construir agregados econômicos harmonizados internacionalmente – permitindo a comparação entre países – e com o Sistema de Contas Nacionais – possibilitando uma análise mais precisa das relações entre as variáveis fiscais e as econômicas.

Em virtude de questões metodológicas abordadas ao final deste documento, as informações aqui apresentadas correspondem a uma estimativa das finanças do governo geral para o período em análise. Estes números serão revistos e substituídos ao longo dos próximos meses. Os dados definitivos serão apresentados na publicação “Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo”, com periodicidade anual. Esta é uma publicação conjunta do Tesouro Nacional e do IBGE que garante a consistência entre os sistemas de contas nacionais e de Estatísticas de Finanças Públicas.

Abrangência

Nesta publicação é considerado o setor institucional governo geral que compreende todas as unidades de governo (central, estaduais e municipais) e os fundos de previdência social controlados por essas unidades.

Governo Central

O governo central é composto por todas as unidades que integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, exceto o Banco Central do Brasil que, dadas suas características, compõe o subsetor de corporações públicas financeiras.

Governos subnacionais (estados e municípios)

A abrangência dos governos estaduais compreende os órgãos da administração direta e entidades da administração indireta (autarquias, fundações, fundos especiais, empresas estatais dependentes), de todos os poderes públicos, das unidades administrativas de 26 estados e do Distrito Federal.

No caso dos governos municipais, compreende as unidades administrativas dos 5.570 municípios. O processo de coleta de dados corresponde a aproximadamente 90% da cobertura total. Desta forma, práticas estatísticas são aplicadas para extrapolar a cobertura ao conjunto de municípios.

Fontes e metodologia

Bases de dados

A fonte primária para a obtenção dos dados do governo central é o Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Para a obtenção de dados dos estados e do Distrito Federal a fonte primária é o Demonstrativo de Contas Anuais disponível no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi. Este banco de dados compila informações contábeis e orçamentárias de todas as unidades da federação, sendo que no presente trabalho foram extraídas, em especial, informações sobre receitas e despesas orçamentárias, bem como dados sobre a execução de restos a pagar, além das respectivas contas patrimoniais.

A partir de 2019 a fonte primária dos dados utilizados para os governos estaduais é a Matriz de Saldos Contábeis (MSC), que consiste em uma grande massa de dados extraída pelos entes da federação diretamente dos seus sistemas contábil-financeiros e encaminhados ao Siconfi. Em casos específicos, foram realizadas consultas aos portais de transparência fiscal ou sítios das secretarias estaduais de fazenda para garantia da consistência das informações com as fontes de dados utilizadas.

No caso dos municípios a fonte primária para obtenção de dados também é o Demonstrativo de Contas Anuais disponível no Siconfi. Apesar da exigência legal, uma proporção inferior a 10% dos municípios não cumpre com o processo de envio de dados. Desta forma são aplicadas técnicas estatísticas para extrapolar a cobertura ao conjunto de municípios. Tal metodologia utiliza dados de outras fontes, tais como portais

de transparência e outras plataformas de governo. A partir de 2022, assim como ocorreu para os governos estaduais, a fonte primária dos dados utilizados para os governos municipais é a MSC.

Um ajuste adicional realizado foi o acréscimo nas receitas de contribuições sociais dos valores líquidos de contribuições patronais para financiamento do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS. Esse procedimento se fez necessário devido à necessidade de se equilibrarem os valores entre as despesas com contribuições sociais dos empregadores do Plano de Seguridade Social do Servidor - PSS e as receitas de contribuições ao empregador.

Outra fonte complementar de informação são as informações de receitas e despesas de juros das três esferas de governo em análise. Como o Banco Central do Brasil é o órgão responsável pela produção e disseminação de estatísticas sob a ótica de financiamento, os dados destas contas são fornecidos diretamente pelo Banco. Destaca-se, como exceção, a obtenção (via FINBRA) das receitas de juros dos municípios brasileiros para o período estudado nesta publicação. No que se refere às informações de juros do governo central, destaca-se que até 2019 inclui os juros nominais das operações com reservas cambiais e das operações com derivativos cambiais realizadas pelo Banco Central, conforme equalização das perdas/ganhos prevista na Lei nº 11.803/2008. A partir de 2020, conforme Lei 13.820/2019, o resultado dessas operações não afeta os juros nominais do governo central.

Por fim, os valores de consumo de capital fixo do governo geral são calculados e fornecidos pelo IBGE e adotados pela STN.

Base de registro

O fluxo de receitas de todas as esferas foi classificado pelo conceito de caixa, ainda que o GFSM 2014 determine a adoção de critério de competência. A razão para esta escolha é que o registro das receitas pelo critério de competência possui considerável grau de incerteza em relação a sua efetiva arrecadação, além de requerer estimativas da base de cálculo dos tributos a partir de variáveis macroeconômicas. Do lado das despesas, foi considerado para todas as esferas o conceito de despesa liquidada, que representa o total empenhado e liquidado pelas unidades executoras dos respectivos entes, somado aos restos a pagar não processados liquidados. Cabe destacar ainda que, no início da série histórica, na indisponibilidade desta última informação, às despesas liquidadas dos governos estaduais e municipais foram adicionados os pagamentos de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores de modo a se criar uma proxy do regime de competência, uma vez que esse tipo de restos a pagar ao serem pagos foram, em algum momento, obrigatoriamente liquidados.

O GFSM 2014 também inclui o Demonstrativo de Operações de Caixa no qual as estatísticas de fluxos devem ser apuradas no regime de caixa. Este é um demonstrativo adicional cujo objetivo principal, ao

contrário dos demais demonstrativos, não é avaliar a sustentabilidade fiscal do governo, mas sua liquidez, além de medir o impacto das operações de governo sobre a demanda agregada.

Consolidação

Consolidação é um método de apresentação das estatísticas fiscais que implica tratar um conjunto de unidades como se uma única unidade fosse. Todas as transações cruzadas devem ser eliminadas para efeito de consolidação em um nível maior de agregação, com destaque especial para as contas contábeis relativas a transferências e juros. Assim, para que possa ser feita uma análise no nível de cobertura de governo geral, deve ser realizada primeiramente a consolidação dos dados de governo central, estados e municípios de modo a gerar dados de governo geral em bases consistentes e sem duplicidade de valores. Para não incorrer em perda de informações analíticas, o GFSM 2014 recomenda a publicação dos dados das esferas em separado e na forma consolidada.

Apesar de esse ser o tratamento preconizado pelo GFSM 2014, dificilmente os distintos setores registram corretamente todas as transações envolvendo as diferentes partes, o que obriga o compilador de estatísticas fiscais a adotar procedimentos específicos para tratamento dos dados. Um passo anterior à consolidação final diz respeito ao tratamento da discrepância entre o total de receitas e despesas intergovernamentais. Essa discrepância é ajustada proporcionalmente nos valores de receita de transferências dos governos regionais, de modo a igualar os fluxos de receitas e despesas de transferências. Posteriormente, com o intuito de manter os valores da receita total dos entes, o valor incluído nas transferências é deduzido de outras receitas. Assim, a premissa adotada foi a de que não deve haver impacto fiscal quando da realização dos ajustes de consolidação. Ou seja, partiu-se do pressuposto de que as esferas subnacionais realizam todos os seus registros contábeis, mesmo que de maneira não aderente às melhores práticas de contabilidade.

Indicadores GFS

Demonstrativo de Operações

Dois importantes resultados analíticos derivam do Demonstrativo de Operações do Governo. São eles:

a) Resultado Operacional Líquido: corresponde a receita menos gasto. É um indicador sintético da sustentabilidade corrente das operações do governo e capta todos os custos correntes de operações governamentais. Deve-se notar que o resultado operacional líquido, tal como definido aqui, exclui ganhos e perdas resultantes de variações dos níveis de preço e outras variações do volume de ativos.

b) Resultado Operacional Bruto: difere do resultado operacional líquido por não incluir o consumo de capital fixo como gasto.

c) Capacidade / Necessidade líquida de financiamento: corresponde ao resultado operacional líquido deduzido da aquisição líquida de ativos não financeiros. É um indicador sintético que revela a medida em que o governo coloca recursos financeiros à disposição de outros setores da economia ou utiliza os recursos financeiros gerados por outros setores. Pode, portanto, ser visto como indicador do efeito financeiro da atividade governamental sobre o resto da economia. Excluindo-se as receitas e despesas de juros obtém-se o indicador de capacidade / necessidade líquida de financiamento primária.

Demonstrativo de Operações de Caixa

O Demonstrativo de Operações de Caixa evidencia a quantia total de caixa gerada ou absorvida por operações correntes; transações com ativos não financeiros; e transações envolvendo ativos e passivos financeiros distintos do próprio caixa. A variação líquida da posição de caixa do governo é a soma do caixa líquido recebido dessas três fontes. As informações a respeito das fontes e usos de caixa são importantes para se avaliar a liquidez do setor governo geral. O indicador fornecido por este demonstrativo é:

a) Superávit / Déficit de caixa: é um indicador que evidencia a necessidade de fluxo de caixa de um setor. Quando é superavitário reflete a disponibilidade de caixa do governo para aumentar seus ativos financeiros ou diminuir o seu passivo. Quando é deficitário, reflete a necessidade de caixa do governo. Excluindo-se as receitas e despesas de juros obtém-se o indicador de superávit / déficit de caixa primário.

Embora o Demonstrativo de Operações de Caixa não esteja disponibilizado neste boletim, seus dados estão disponíveis nas tabelas presentes no portal do Tesouro Nacional, no seguinte endereço:

https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/estatisticas-fiscais-do-governo-geral

Revisões

As revisões serão realizadas a cada trimestre, conforme necessário, como resultado de atualização de base de dados, correções e tratamentos metodológicos.

Principais revisões/alterações metodológicas:

Em 2017, foi realizado ajuste metodológico em relação ao tratamento conferido ao Fundo Constitucional Distrito Federal - FCDF que, anteriormente, era incorporado nas despesas do governo central. Os valores das despesas do FCDF passaram a ser registrados no âmbito dos governos estaduais, com o correspondente registro de transferência do governo central.

Em 2018, foi incluído o tratamento para despesas do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que passam a ser incorporadas como transferência de capital às famílias (despesa do governo central orçamentário), correspondente ao índice de inadimplência da carteira (superior a 360 dias) aplicado sobre o

volume corrente de desembolsos dos financiamentos em contratos sem garantia do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC) ou do Fundo Garantidor do Fies (FG-Fies), ambos fundos de natureza privada com patrimônio constituído.

Em 2019, visando o alinhamento às práticas internacionais de finanças públicas, se promoveu a alteração do registro do Imposto sobre a Renda e Proventos arrecadado pelos estados e municípios para o governo central. Esta alteração busca atender orientação expressa no GFSM 2014, parágrafo 5.34, que indica que o imposto deve ser atribuído à unidade de governo que exerce a autoridade para impor o imposto e definir suas alíquotas. Por se tratar de imposto de competência federal, conforme estabelece o inciso III do Art. 153 da Constituição Federal, o atendimento da recomendação indica o registro na esfera federal. Anteriormente essa arrecadação era mantida nas esferas subnacionais, conforme os valores registrados no Siconfi. A alteração de 2019 mudou o tratamento para toda a série histórica.

Para adequar os lançamentos desta arrecadação foram realizados os seguintes ajustes: 1) na esfera federal os valores das arrecadações de estados e municípios foram lançados como receita de impostos sobre a renda e o mesmo valor como despesa de transferência intergovernamental; 2) nos estados e municípios os valores arrecadados foram reclassificados de impostos sobre a renda para receita transferências intergovernamentais. Esta alteração metodológica não gera impacto nos saldos das tabelas de finanças públicas.

Em 2020, foram realizadas alterações no Demonstrativo de Operações, o qual apresenta detalhes das transações de receita e gasto, bem como o investimento líquido em ativos não financeiros. Na estrutura anterior o conceito de despesa era atribuído ao que, agora, denomina-se gasto. A mudança de nomenclatura foi introduzida a fim de transmitir de maneira mais clara os conceitos do marco metodológico do GFSM 2014. Assim, essa alteração visa evidenciar a diferença entre as transações que resultam em uma diminuição do patrimônio líquido e aquelas que não o modificam, enquanto as transações que não alteram o patrimônio líquido compõem o investimento. As despesas passam, portanto, a ser entendidas como a soma dos gastos e do investimento líquido.

A estrutura do Demonstrativo de Operações também foi reorganizada para evidenciar o principal indicador derivado do marco analítico do MEFP 2014, que é a capacidade / necessidade líquida de financiamento.

Adicionalmente, foi realizado um ajuste na metodologia de consolidação. A discrepância entre o total de receitas e despesas intergovernamentais passou a ser considerada no total das 3 esferas. A metodologia é explicada no item “3.3.3 Consolidação”. Maiores informações estão disponíveis na *Nota Metodológica - Revisão Metodológica das Estatísticas Fiscais do Governo Geral* disponível no site do Tesouro Nacional

em: https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/notas-metodologicas-de-estatisticas-fiscais-do-governo-geral.

Em 2024, foram realizados os seguintes aperfeiçoamentos metodológicos[4]: i) alteração do tratamento estatístico do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo Remanescente do PIS-PASEP, com a mudança de setorização para o setor corporações públicas financeiras e consequentemente a exclusão de seus fluxos das estatísticas fiscais do governo geral; ii) revisão do tratamento da contribuição social imputada, rubrica da despesa que reflete o aumento das obrigações previdenciárias do governo frente a seus trabalhadores. Ela corresponde à parcela do aumento do passivo atuarial no período que não é coberta pelas contribuições sociais efetivas ou explicada por outros fluxos econômicos. Em virtude da atual dificuldade de registro do passivo previdenciário nas estatísticas fiscais, a partir desta publicação, optou-se por não registrar as contribuições sociais imputadas dos empregadores, tendo em vista que a forma atual de registro não reflete o cálculo atuarial dos direitos pensionários; e iii) introdução de novas tabelas de apresentação das estatísticas de finanças públicas em arquivo separados por esferas: Demonstrativos GG (governo geral), Demonstrativos GCO (governo central orçamentário), Demonstrativos GE (governos estaduais) e Demonstrativos GM (governos municipais). Essa alteração foi acompanhada da ampliação das aberturas dos dados trimestrais para os governos estaduais e municipais. Todas essas mudanças foram implementadas para toda a série histórica, garantindo a consistência intertemporal das informações.

Estes aperfeiçoamentos metodológicos estão detalhados na *Nota Metodológica - Revisão Metodológica das Estatísticas Fiscais do Governo Geral*, disponível no site do Tesouro Nacional em: https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/notas-metodologicas-de-estatisticas-fiscais-do-governo-geral.

Comparações com outras estatísticas fiscais

Os resultados aqui apresentados não substituem e nem se confundem com as estatísticas fiscais divulgadas mensalmente no Resultado do Tesouro Nacional (RTN), que observam aspectos metodológicos específicos.

O RTN, publicado mensalmente desde 1995, foi estruturado com base no GFSM 1986. Por sua vez, as estatísticas de finanças públicas aqui apresentadas são elaboradas de acordo com a metodologia definida GFSM 2014. Entre as principais diferenças conceituais ressaltam-se a preocupação do GFSM 2014 em criar métricas mais adequadas para a avaliação da sustentabilidade fiscal de longo prazo em contraposição ao

[4] Para maiores informações acesse a Nota Metodológica - Revisão Metodológica das Estatísticas Fiscais do Governo Geral, disponível no site do Tesouro Nacional em: https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/notas-metodologicas-de-estatisticas-fiscais-do-governo-geral.

foco na gestão de liquidez de curto prazo que prevalece no GFSM 1986, com destaque para a incorporação de fluxos econômicos que não estão presentes no manual anterior, como o consumo de capital fixo; além de sua harmonização com as estatísticas de governo do Sistema de Contas Nacionais (SCN 2008), utilizadas para o cálculo do PIB (Produto Interno Bruto).

Para maiores informações sobre essas diferenças, acesse a *Nota Metodológica - Comparativo entre as Estatísticas do Resultado do Tesouro Nacional – RTN e as Estatísticas Fiscais elaboradas de acordo com a metodologia do GFSM 2014*, disponível em https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/notas-metodologicas-de-estatisticas-fiscais-do-governo-geral.

Da mesma forma, as estatísticas dos governos subnacionais apresentadas neste boletim não se confundem com as informações contidas no "Boletim de Finanças Públicas dos Entes Subnacionais" que são produzidas no âmbito do Programa de Ajuste Fiscal (PAF), cujo principal objetivo é verificar o cumprimento das metas estabelecidas nos Programas de Ajuste estabelecidos como decorrência do processo de Renegociação das Dívidas dos estados.

Fontes externas e publicações relacionadas

Estatísticas Fiscais do Governo Geral:

https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/estatisticas-fiscais-do-governo-geral

Manual de Estatísticas Fiscais:

https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-estatisticas-de-financas-publicas-mefp/2015/30

Government Finance Statistics Manual 2014:

http://www.imf.org/external/Pubs/FT/GFS/Manual/2014/gfsfinal.pdf